

002

UMA CRÍTICA PÓS-KEYNESIANA À PROPOSIÇÃO DE UNIFICAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL*Cecília R. Hoff, Fernando Ferrari Filho* (A reestruturação do sistema monetário-financeiro internacional: uma análise pós-keynesiana, Departamento de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS).

A possibilidade da criação de uma moeda única entre dois ou mais países, considerando que eles apresentem as mesmas características econômicas e geográficas, tem sido objeto do debate acadêmico e dos círculos políticos internacionais nas últimas décadas, intensificando-se a partir da União Monetária Européia, com a adoção do *Euro* em 1998. Recentemente, os presidentes dos países membros do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – mencionaram que o último passo para o processo de integração na região deve ser a adoção de uma moeda única entre os países integrantes do bloco. Contudo, a adoção de uma moeda única pressupõe alguns princípios básicos: o processo de integração deve ser dinâmico, a mobilidade de fatores de produção deve ser alta e algumas das principais variáveis econômicas, como taxa de inflação, taxa de juros e déficit fiscal, devem convergir. Porém, a evidência empírica mostra que o comércio e o processo de integração financeira no Mercosul são por demais incipientes, a mobilidade da mão-de-obra praticamente inexistente, o processo de liberalização financeira está recém sendo implementado, bem como as taxas de inflação, juros e crescimento apresentam tendências opostas. Além disso, é importante ressaltar que a proposição de uma União Monetária para Mercosul significa que todos os países membros devem aceitar uma total liberalização financeira, adotar um regime de taxa de câmbio fixa e abandonar seus instrumentos de políticas fiscal e monetária, pois somente nesse contexto, um Banco Central regional e independente pode ser criado. Assim, a crítica pós-keynesiana reside no fato de que, quando os países decidem adotar uma moeda única, os mesmos perdem a liberdade de utilizar políticas monetária, fiscal e cambial para estimular a demanda efetiva, e, como consequência, resolver problemas como o baixo crescimento econômico e o alto desemprego (CNPq/PIBIC).